

WORKING PAPER

O uso de evidências para impulsionar políticas públicas para a primeira infância

COMITÊ CIENTÍFICO
NÚCLEO CIÉNCIA PELA INFÂNCIA

ESTUDO



ESTE DOCUMENTO

FOI PREPARADO POR
PESQUISADORAS BRASILEIRAS
DE DIVERSAS ÁREAS DO
CONHECIMENTO A CONVITE
DO COMITÊ CIENTÍFICO
DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA
INFÂNCIA (NCPI). TRATA-SE DO
DÉCIMO PRIMEIRO ESTUDO
DE UMA SÉRIE QUE ABORDA
TEMAS RELEVANTES PARA
O DESENVOLVIMENTO NA
PRIMEIRA INFÂNCIA.

O NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (NCPI) é uma iniciativa colaborativa que produz, traduz e dissemina conhecimento científico sobre o desenvolvimento na primeira infância, com o intuito de fortalecer e qualificar programas e políticas públicas que impactem positivamente crianças brasileiras em situação de vulnerabilidade social.

O NCPI é composto por sete organizações: Center on the Developing Child e David Rockefeller Center for Latin American Studies (ambos da Universidade de Harvard), Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Fundação Bernard van Leer, Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, Insper e Porticus América Latina.

O NCPI atua por meio de sete iniciativas principais. São elas:

COMITÊ CIENTÍFICO: grupo multidisciplinar de pesquisadores que visa levar o conhecimento científico sobre o desenvolvimento na primeira infância para tomadores de decisão em geral, transcendendo qualquer divisão partidária. Comprometido com uma abordagem fundamentada em evidências, o Comitê pretende construir uma base de conhecimento para a sociedade, que reconheça a responsabilidade compartilhada da família, da comunidade, da iniciativa privada, da sociedade civil e do governo na promoção do bem-estar das crianças de 0 a 6 anos.

ILAB PRIMEIRA INFÂNCIA: laboratório de inovação social para criar e testar soluções capazes de transformar a vida de crianças em situação de vulnerabilidade. Apoia o desenvolvimento de soluções embasadas pela ciência e com potencial de serem aplicadas em escala.

CURSO ON-LINE “CIÊNCIA E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA”: formação que apresenta componentes e metodologias para que os participantes sejam capazes de aprimorar, em seus territórios e esferas de atuação, a implementação de políticas públicas pautadas em evidências e com foco no desenvolvimento saudável da primeira infância.

PROGRAMA DE LIDERANÇA EXECUTIVA EM DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: formação que busca sensibilizar, capacitar e mobilizar os formuladores

de políticas públicas, gestores públicos e líderes da sociedade para atuarem pelo pleno desenvolvimento da primeira infância.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: evento que reúne palestrantes brasileiros e internacionais para discutirem assuntos e práticas prioritárias para o desenvolvimento de políticas e programas voltados para o desenvolvimento das crianças até os 6 anos.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA APLICADA À PRIMEIRA INFÂNCIA (CPAPI): centro multidisciplinar que visa realizar pesquisas científicas sobre o desenvolvimento da primeira infância, transferir as tecnologias geradas nas pesquisas para parceiros do setor público e disseminar os conhecimentos adquiridos para a sociedade. Esta iniciativa está vinculada à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

PRÊMIO CIÊNCIA PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: premiação com o objetivo de valorizar a ciência, identificar e reconhecer pesquisadoras e pesquisadores que tenham realizado pesquisas com foco em temáticas de primeira infância, a fim de promover a disseminação do conhecimento científico produzido e visando apoiar a formulação ou qualificação de políticas públicas em primeira infância no Brasil.

SOBRE AS AUTORAS

O Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI) é composto por pesquisadores de diferentes áreas, como medicina, enfermagem, neurociência, psicologia, economia, políticas públicas e educação.

O objetivo principal do trabalho desse grupo é identificar temas-chave que possuem maior impacto sobre o desenvolvimento integral infantil e, assim, sintetizar, analisar e produzir conhecimento científico que contribua com a formulação, o fomento e a melhoria de programas e políticas a favor da criança.

Seus membros buscam a promoção de uma agenda nacional de pesquisas que atenda às áreas pouco ou nada exploradas no país. Pesquisadores que não integram o Núcleo Ciência Pela Infância são esporadicamente convidados a escrever sobre suas áreas de conhecimento, como é o caso deste décimo primeiro *Working Paper*, que trata do uso de evidências na formulação de políticas públicas para a primeira infância. Ele foi elaborado por duas pesquisadoras:

Juliana Camargo

Professora na Escola de Relações Internacionais da Fundação Getulio Vargas e pesquisadora associada do Centro FGV EESP Clear, Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e África Lusófona e do C-Micro – Centro em Microeconomia Aplicada. Possui doutorado em Economia pela FGV EESP. Sua área de pesquisa é a microeconomia aplicada, principalmente avaliação de políticas públicas, desenvolvimento econômico, educação, primeira infância, competências socioemocionais e mercado de trabalho.

Tatiana Yonekura

Graduada em Enfermagem, com especialização em Gerontologia e Geriatria, mestrado em Ciências e doutorado em Ciências. É pesquisadora do Hospital do Coração, atuando principalmente com políticas informadas por evidências e projetos de implementação.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Jéssica de Oliveira Molinari - CRB-8/9852

O uso de evidências para impulsionar políticas públicas para a primeira infância [livro eletrônico] / Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. – São Paulo : Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2023.

1,6 Mb ; PDF (Estudo 11)

Bibliografia

ISBN 978-65-85375-01-6 (e-book)

1. Políticas públicas 2. Crianças

23-0062

CDD 320.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas

AS PUBLICAÇÕES ANTERIORES ABORDAM OS SEGUINTE TEMAS:

- **Estudo I:** O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem
- **Estudo II:** Importância dos vínculos familiares na primeira infância
- **Estudo III:** Funções executivas e desenvolvimento na primeira infância: habilidades necessárias para a autonomia
- **Estudo IV:** Visita domiciliar como estratégia de promoção do desenvolvimento e da parentalidade na primeira infância
- **Estudo V:** Impactos da Estratégia Saúde da Família e desafios para o desenvolvimento infantil
- **Edição Especial:** Repercussões da pandemia de Covid-19 no desenvolvimento infantil
- **Estudo VI:** O bairro e o desenvolvimento integral na primeira infância
- **Estudo VII:** Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância
- **Estudo VIII:** Educação infantil de qualidade
- **Estudo IX:** Impactos da desigualdade na primeira infância
- **Estudo X:** Prevenção de violência contra crianças

AVISOS

- O conteúdo deste estudo é de responsabilidade das autoras, não refletindo, necessariamente, as opiniões das organizações que são integrantes do Núcleo Ciência Pela Infância.
- As autoras agradecem as sugestões e comentários recebidos de membros do Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância para a elaboração deste conteúdo, bem como dos profissionais envolvidos na produção editorial.
- Por concisão, os textos desta publicação adotam o gênero masculino em situações de plural. Porém, sempre que a distinção de gênero se mostrou determinante para a compreensão do assunto, fez-se referência a ele de modo específico.

SUGESTÃO DE CITAÇÃO

Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2023). Estudo nº XI: **O uso de evidências para impulsionar políticas públicas para a primeira infância**. Núcleo Ciência Pela Infância. <http://www.ncpi.org.br>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI)

REDAÇÃO

Juliana Camargo
Tatiana Yonekura

EDIÇÃO DE TEXTOS

Sandra Mara Costa/Mc&Pop

REVISÃO

Mauro de Barros/BN Revisão

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Estúdio Labirin.to

Para mais informações, acesse:

www.ncpi.org.br

ncpi@ncpi.org.br

+55 11 3330-2888

 /nucleocienciapelainfancia

 /nucleocienciapelainfancia

 /company/nucleocienciapelainfancia

 @nucleocienciapelainfancia

MEMBROS DO COMITÊ CIENTÍFICO

Alicia Matijaevich Manitto

Professora Doutora do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)

Antonio Jose Ledo Alves da Cunha

Professor Titular do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Beatriz Abuchaim

Gerente de Conhecimento Aplicado na Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal

Ciro Biderman

Professor de Administração Pública e Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV)

Charles Kirschbaum

Professor Assistente de Administração do Insper

Daniel Domingues dos Santos

Professor Doutor de Economia da Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP)

Darci Neves dos Santos

Professora Adjunta do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Débora Falleiros de Mello

Professora Titular do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Saúde Pública da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (USP)

Fernando Mazzili Louzada

Professor Titular do Departamento de Fisiologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Guilherme Polanczyk

Professor Associado de Psiquiatria da Infância e Adolescência da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)

Helena Paula Brentani

Professora de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)

Joseph Murray

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia na Universidade Federal de Pelotas e Diretor do Centro de Pesquisa DOVE

Lino de Macedo

Professor Emérito do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)

Lislaine Aparecida Fracolli

Professora de Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP)

Lucimar Rosa Dias

Professora da Universidade Federal do Paraná na graduação e na pós-graduação

Luiz Guilherme Scorzafave

Professor Doutor de Economia da Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP)

Marcia Castro

Professora de Demografia do Departamento de Saúde Global e População na Universidade de Harvard (HSPH)

Márcia Machado

Professora Associada do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará

Maria Beatriz Martins Linhares

Professora Associada Sênior de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP)

Maria Malta Campos

Consultora e Pesquisadora Sênior do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (FCC) de São Paulo

Maria Thereza de Souza

Professora Titular de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade na Universidade de São Paulo (USP)

Naercio Aquino Menezes Filho

Coordenador do Comitê Científico. Professor Titular da Cátedra Ruth Cardoso do Insper, Professor Associado da USP e Membro da Academia Brasileira de Ciências

Ricardo Paes de Barros

Professor Titular da Cátedra Instituto Ayrton Senna no Insper

Rogerio Lerner

Professor Associado de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade na Universidade de São Paulo (USP)

Rudi Rocha

Professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas (EAESP-FGV/PAE)

APRESENTAÇÃO

ESTE WORKING PAPER TEM O OBJETIVO DE APRESENTAR A RELEVÂNCIA do uso de evidências no planejamento e gestão de políticas públicas para a primeira infância, ou seja, voltadas às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.

A intenção é demonstrar a importância da implementação de políticas de qualidade e efetivas, que sejam baseadas em evidências, para subsidiar as decisões de gestores públicos no atendimento dessas crianças e suas famílias. Com isso, espera-se também contribuir para os gestores obterem os recursos e incentivos necessários para desenvolver políticas informadas pela ciência.

Nas últimas décadas, a literatura científica tem documentado vastamente a importância do investimento nos primeiros anos de vida para o desenvolvimento integral das crianças. Trata-se de uma etapa determinante¹ para a formação de **capacidades físicas, cognitivas² e socioemocionais** de uma pessoa, com reflexos em todo o seu ciclo de vida³. Os estudos geram múltiplas constatações de que os investimentos durante a primeira infância têm efeito positivo no curto, médio e longo prazos, em dimensões como saúde, educação e até mesmo na inserção no mercado de trabalho⁴.

Embora se saiba que a primeira infância constitui o alicerce para o desenvolvimento de cada ser humano e que haja evidências suficientes da relevância dos investimentos nesta fase da vida, estimativas indicam que, em países de baixa e média renda⁵, 250 milhões de crianças com menos de 5 anos – ou 43% do total nesta faixa etária – correm risco elevado de não atingir seu pleno potencial em termos de desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional por falta de políticas públicas adequadas⁶.

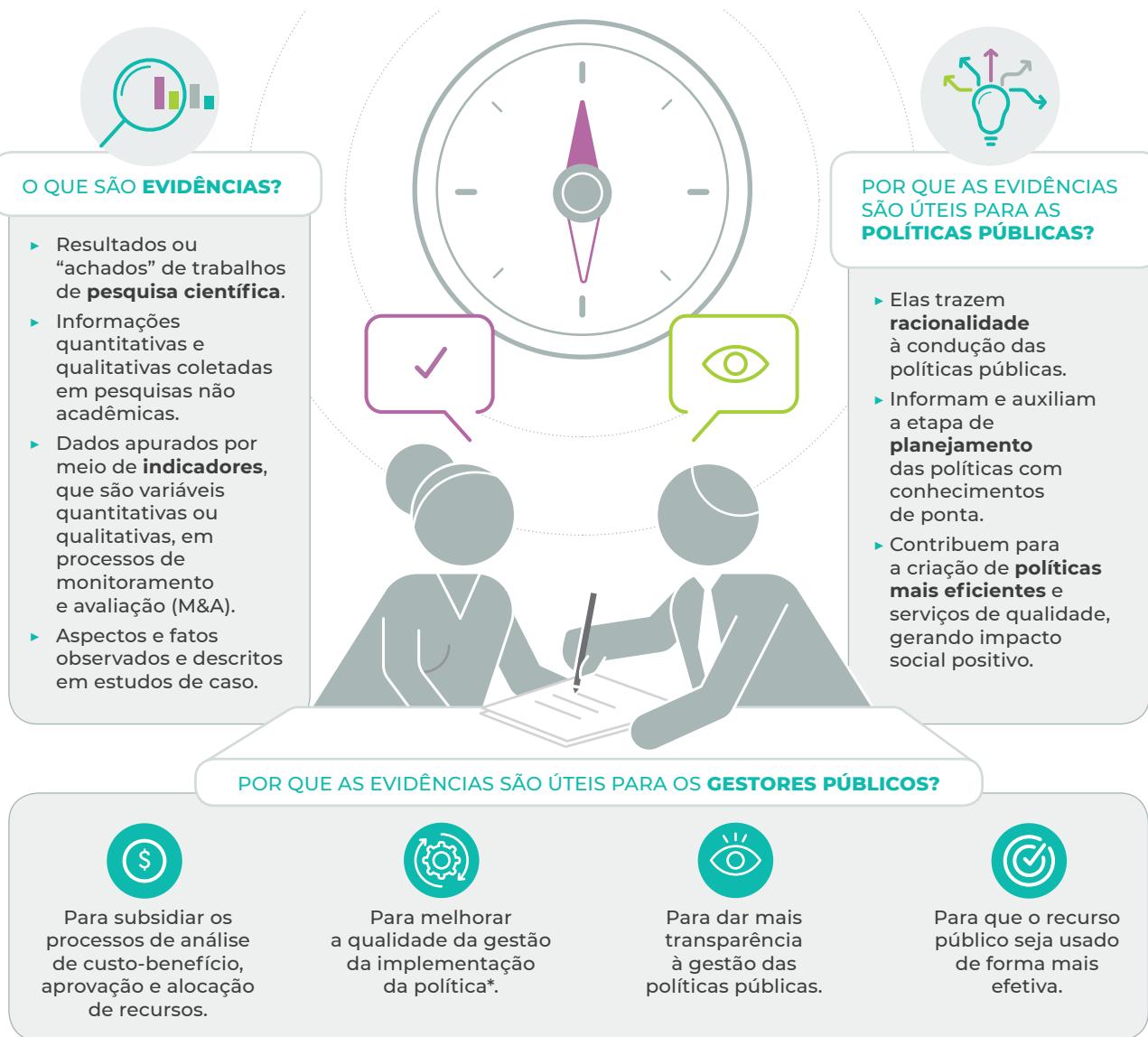
No Brasil, indicadores mostram que, em 2017, aproximadamente 12,9% das crianças não apresentaram crescimento compatível com os padrões mínimos de peso e estatura estabelecidos para cada idade. Este índice chegou a 18,7% na região Norte do país (2017) e a 33,2% entre alguns grupos das populações tradicionais brasileiras (2014)⁷.

A redução das desigualdades regionais no acesso da primeira infância a serviços básicos como os de saúde, educação, cultura e saneamento é pré-requisito para o alcance da equidade social no Brasil. Nesse sentido, políticas públicas eficazes, elaboradas com base em evidências, têm grande poder de fornecer condições para que se possa romper os ciclos de pobreza por meio da atenção às crianças na primeira infância⁸.

No domínio do **desenvolvimento físico** estão o crescimento e a aquisição de habilidades como se sentar, ficar em pé, andar e correr. As **competências cognitivas** englobam os processos de aprendizado e construção de conhecimento e dependem de habilidades como memória e atenção. Já as **socioemocionais** estão ligadas ao desenvolvimento do controle da impulsividade emocional e à capacidade de perceber como as emoções influenciam o pensamento e as ações tanto da própria pessoa como das outras com quem a criança se relaciona.

O USO DE EVIDÊNCIAS PARA IMPULSIONAR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

AS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA, PERÍODO QUE ABRANGE OS PRIMEIROS SEIS ANOS DE VIDA, EVOLUEM SEM PARAR. CABE AO PODER PÚBLICO UTILIZAR AS EVIDÊNCIAS DA MELHOR FORMA POSSÍVEL PARA ORIENTAR OS CAMINHOS DA POLÍTICA.



(*) Incluindo a correção de rotas, quando necessário.

Políticas para a primeira infância são ações ou planos de ações do governo que visam garantir às crianças de 0 a 6 anos seus **direitos fundamentais**, incluindo o acesso à saúde, nutrição, cuidado integral, educação, segurança e proteção.

A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PEDE INDICADORES NOVOS E MELHORES



1 O PROBLEMA

Os indicadores de saúde e educação adotados no Brasil são fundamentais, porém considerados **insuficientes para mensurar todas as dimensões** do desenvolvimento infantil.



2 UMA FORMA DE RESOLVÉ-LO

Para incrementar a promoção do desenvolvimento na primeira infância, é preciso disseminar a cultura do uso dos indicadores de desenvolvimento infantil existentes e investir na construção e sistematização de novos, mensurados por meio de instrumentos validados no Brasil.



3 DESDOBRAMENTOS PRÁTICOS

Com isso, será possível acompanhar com mais propriedade a evolução de aspectos cognitivos e socioemocionais na faixa etária de 0 a 6 anos e de **parentalidade**, além da **aferição mais detalhada** de dados já acompanhados.



4 RESULTADOS

Como resultado, novas formas de promoção do desenvolvimento saudável poderão ser incorporadas às políticas. Além disso, muitos riscos e problemas do desenvolvimento poderão ser detectados a tempo e tratados.



Políticas públicas para a primeira infância que sejam monitoradas e avaliadas segundo indicadores mais adequados terão **potencial de beneficiar mais crianças**, bem como de ajudar a **reduzir as enormes desigualdades** sociais e econômicas que caracterizam o Brasil.

Parentalidade é o conjunto de atividades desempenhadas pelo **cuidador ou responsável** pela criança



NA PRÁTICA: POLÍTICAS + EVIDÊNCIAS

O uso de evidências para orientar a **formulação** e o **aprimoramento de políticas públicas** já é uma realidade em vários estados brasileiros. Pesquisar referências e conhecer boas práticas deve ser pauta básica de todo gestor público compromissado com o desenvolvimento da primeira infância.



PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL (PADIN) – CEARÁ

Baseado na **visita domiciliar**, o programa começou a ser **formulado** em 2013 a partir de evidências coletadas em experiências internacionais de sucesso. No Brasil, inspirou-se em práticas como o programa Primeira Infância Melhor (PIM), do Rio Grande do Sul, e o Cresça com seu Filho, também do Ceará. O Padin está sendo **avaliado** com uma metodologia científica para verificar seus efeitos. Entre as dimensões estudadas estão o desenvolvimento infantil, a **qualidade do ambiente familiar** e da relação do cuidador com a criança, e as crenças dos pais sobre a importância dos investimentos durante a primeira infância.



Ceará



AVALIAÇÃO DE PROCESSOS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF) – BRASIL

O PCF tem como pilares a **intersetorialidade** e a **visita domiciliar** para promover o desenvolvimento integral das crianças. Como parte da estratégia de monitoramento e avaliação (M&A) do programa, foram realizadas avaliações qualitativas de processos durante a **implementação**. Uma dessas avaliações analisou por meio de entrevistas a **interação entre visitadores e cuidadores de crianças**.



Brasil



PLANO DE MONITORAMENTO DO PRIMEIRA INFÂNCIA ACREANA (PIA) – ACRE

O PIA faz **visitas domiciliares** a famílias com gestantes e crianças de até 6 anos. As visitas são realizadas por Agentes Comunitários de Saúde. O **monitoramento** das atividades do programa acontece semanalmente, **gerando evidências** que alimentam o Sistema de Informação do PIA e contribuem para o sucesso da iniciativa. Por meio de formulários, os Agentes Comunitários de Saúde registram todos os dados de desenvolvimento da criança e sobre sua relação com seus pais.



Acre



SISTEMA DE MONITORAMENTO DO PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR (PIM) – RIO GRANDE DO SUL

O PIM foi criado em 2003 e, em 2006, tornou-se a primeira política pública brasileira de visita domiciliar voltada ao desenvolvimento integral infantil e ao fortalecimento dos vínculos familiares. O programa conta com o SisPIM, um **sistema de informações e monitoramento alimentado de forma on-line** que disponibiliza aos gestores dados administrativos e sobre as famílias, crianças e gestantes beneficiadas pela iniciativa. Já **gerou evidências** como a de que a participação no PIM desde a gravidez reduziu em 60% as chances de atraso no desenvolvimento da criança.



Rio Grande do Sul



AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA MÃE CORUJA PERNAMBUCANA (PMCP) – PERNAMBUCO

Criado em 2007, o PMCP visa reduzir a mortalidade materna e a mortalidade infantil, além de fortalecer os vínculos familiares. Em 2017, uma **avaliação de impacto** foi conduzida para estimar os efeitos do PMCP sobre 17 indicadores de saúde materno-infantil. Foram utilizados os dados dos municípios com e sem o programa. Os resultados geraram fortes evidências para o programa, pois indicaram seu impacto positivo sobre as taxas de mortalidade infantil e a realização de consultas de pré-natal.



Pernambuco

01

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA DEVEM ESTAR FOCADAS EM **PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS**, ABRANGENDO TODAS AS SUAS NECESSIDADES EM ÁREAS COMO **EDUCAÇÃO, SAÚDE E NUTRIÇÃO**.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA podem ser definidas como planos ou cursos de ação que visam impactar positivamente a vida de crianças desde o estágio pré-natal até os 6 anos de idade. Existem várias políticas no Brasil nesta direção.

É importante que essas políticas priorizem o atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social com atividades centradas nas crianças e nos principais responsáveis por seus cuidados, bem como em gestantes e puérperas⁹. Espera-se, ainda, que tais atividades sejam baseadas na comunidade e amparadas por abordagens multissetoriais, ou seja, envolvendo diferentes atores e modalidades de atenção à criança, e que contem com recursos adequados para a implementação¹⁰.

No Brasil, houve muitos avanços nas políticas na área da infância nos últimos anos. A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n.º 8.069/1990) e, mais recentemente, o Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016) foram conquistas importantes nesta direção, pois criaram um arcabouço legal robusto, a começar pelos conceitos que estabeleceram dentro do tema da infância.

Tais normativas reforçaram a visão da criança como sujeito de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e dotado de absoluta prioridade¹¹. Elas ressaltam não só os direitos fundamentais da criança, mas o dever compartilhado do poder público, da sociedade e da família de garantir-lhe esses direitos, e também as medidas necessárias para promover seu bem-estar, desenvolvimento e segurança, como proteção contra discriminações, exploração e violência¹².

SAIBA MAIS – AS CRIANÇAS E AS LEIS



Constituição Federal de 1988

Visa assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Por meio do Art. 227, atribui à criança, ao adolescente e ao jovem os direitos fundamentais à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária e à proteção.

> Disponível em
<https://bit.ly/3NM01Du>



Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n.º 8.069/1990)

Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e é um desdobramento do Art. 227 da Constituição Federal. Ao delimitar o conceito de garantia de prioridade absoluta fixado na lei, detalha-o como a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, a preferência na formulação e execução de políticas públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos em áreas afetas à proteção da infância e da juventude.

> Disponível em
<https://bit.ly/3ut7HDR>



Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016)

Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância, em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano.

> Disponível em
<https://bit.ly/3utRYEB>

RETROSPECTIVA DE POLÍTICAS

Acompanhe, neste percurso da história recente do Brasil, as políticas públicas nacionais para a primeira infância que marcaram as últimas décadas.

1973 – Programa Nacional de Imunizações (PNI)

Deu acesso gratuito à população a todas as vacinas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

1981 – Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno

Introduziu ações relacionadas à promoção, à proteção e ao apoio ao aleitamento materno.

1984 – Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança

Foi criado para promover e proteger a saúde da criança e o aleitamento materno mediante a atenção e cuidados integrais e integrados, qualificação da assistência, aumento da cobertura dos serviços de saúde e incentivos das ações de promoção da saúde de forma integral.

1994 – Programa Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde

Hoje conhecido como Estratégia Saúde da Família, enfocou a estruturação dos serviços de atenção básica nos municípios, visando a expansão e qualificação dos mesmos.

1997 – Estratégia Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância

Propôs uma forma de assistência à criança abordando o conjunto de doenças mais frequentes na infância com a sistematização e integração das ações.

2000 – Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento

Instituiu a organização regionalizada e integral da saúde da gestante, desde o pré-natal até o parto e o pós-parto.

2003 – Programa Bolsa Família

Atuou no combate à pobreza e à extrema pobreza por meio da transferência de renda e do acompanhamento em saúde e educação de crianças, adolescentes e mulheres grávidas.

2007 – Programa Saúde na Escola

Contribuiu para o fortalecimento de ações voltadas ao desenvolvimento integral e proporcionou à comunidade escolar a participação em programas e projetos que articulem saúde e educação para o enfrentamento das vulnerabilidades.

2011 – Rede Cegonha

Estabeleceu um novo modelo de atenção para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada na gravidez, no parto e puerpério, assim como o direito ao nascimento seguro, crescimento e desenvolvimento saudável das crianças.

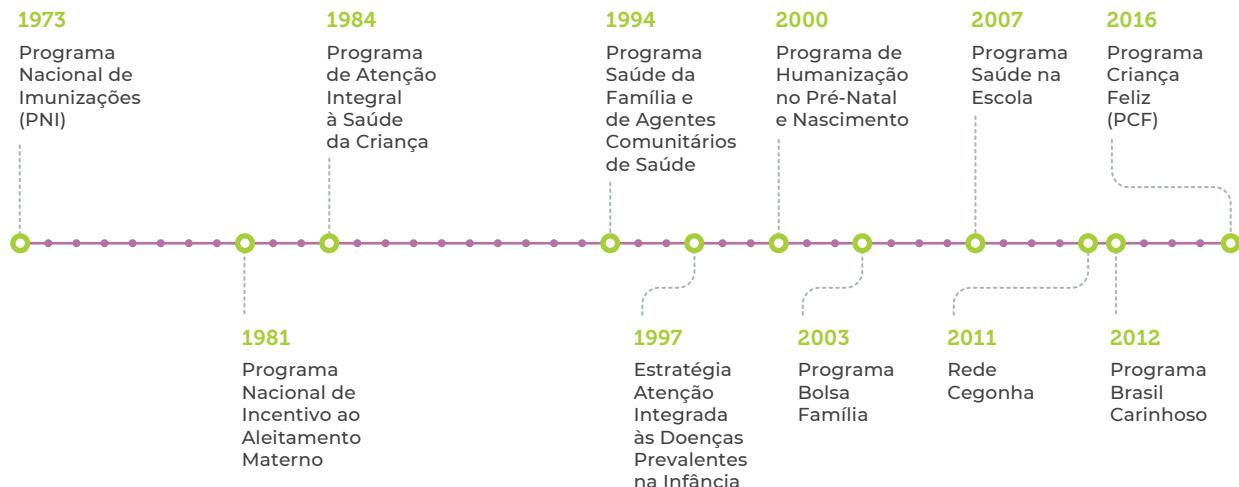
2012 – Programa Brasil Carinhoso

Ampliou benefícios para a superação da extrema pobreza na primeira infância em famílias com crianças de 0 a 6 anos.

2016 – Programa Criança Feliz (PCF)

Priorizou o desenvolvimento integral da criança na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida.

LINHA DO TEMPO | PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS
PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS



02

EVIDÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS INFORMADAS POR EVIDÊNCIAS

O PROCESSO DE **CRIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS** PRESSUPÕE A REALIZAÇÃO DE ESCOLHAS ENTRE DIFERENTES FORMAS DE ENCARAR E SOLUCIONAR OS PROBLEMAS PÚBLICOS¹³, ISTO É, OS PROBLEMAS RELEVANTES PARA A COLETIVIDADE. AS **EVIDÊNCIAS** SÃO INGREDIENTES INDISPENSÁVEIS PARA ORIENTAR ESSAS ESCOLHAS.

UM DOS OBJETIVOS CENTRAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA é assegurar que as crianças adquiram as habilidades e competências que servirão de alicerce para o seu desenvolvimento pleno – por exemplo, habilidades de relacionamento interpessoal, coordenação motora ampla (como correr ou pular) e fina (como manusear objetos e pintar), competências cognitivas e de comunicação (como memória e linguagem)¹⁴. Para que os objetivos das políticas sejam atingidos, é essencial que os formuladores de políticas públicas façam uso de evidências para concebê-las.

No dicionário Houaiss, a palavra “evidência” significa algo com qualidade ou caráter do que é evidente, que não dá margem à dúvida. No sentido filosófico, representa uma verdade que não gera dúvidas¹⁵. A função das evidências nas políticas públicas é justamente esta: agregar a elas informações seguras e certeiras que possam amparar as decisões e orientar as ações do poder público visando atingir resultados melhores.

As evidências podem ser de diversos tipos: evidências científicas, quando traduzem resultados ou achados de trabalhos de pesquisa científica; informações quantitativas e qualitativas coletadas em pesquisas não acadêmicas como surveys (estudos produzidos por institutos de pesquisa a partir de características e opiniões de grupos de indivíduos); dados apurados por meio de indicadores em processos de monitoramento e avaliação (M&A); e também aspectos e fatos observados e descritos em estudos de caso.

Evidências científicas são aqui entendidas como informações derivadas de pesquisas científicas já realizadas e que verificaram os efeitos de políticas

existentes¹⁶. É muito importante que as evidências científicas sejam sempre rigorosamente atualizadas e avaliadas.

O conceito de políticas públicas informadas por evidências prevê que as melhores pesquisas e informações sejam utilizadas para orientar escolhas ao longo das cinco etapas do ciclo da política pública: (1) identificação do problema; (2) formulação da política; (3) implementação; (4) avaliação; e (5) tomada de decisão¹⁷.

AS 5 ETAPAS DO CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA



Fonte: Rossi et al, 2019.

POR QUE FAZER USO DE EVIDÊNCIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

O uso de evidências traz maior racionalidade à condução das políticas públicas, o que, por consequência, contribui para o aumento da eficiência dos gastos públicos e da qualidade dos serviços.

Ao utilizar evidências geradas por meio da avaliação dos efeitos de um programa, por exemplo, gestores podem fazer escolhas mais acertadas e estratégicas sobre a continuidade ou descontinuidade dessa política e, portanto, sobre a alocação de recursos do seu orçamento¹⁸.

Evidências são fundamentais – antes, durante e depois da implementação da política – para mapear as causas e consequências dos problemas públicos, elaborar possíveis soluções a serem implementadas por meio das políticas, monitorar a execução, avaliar os efeitos e embasar a tomada de decisão. Além disso, a utilização de evidências possibilita que gestores entendam em maior profundidade o contexto de uma política e possam monitorar e aprimorar sua qualidade¹⁹.

Outro papel central das evidências é apoiar a prestação de contas do governo, aumentando a transparência dos gastos públicos²⁰. Gestores podem utilizar informações e evidências produzidas a partir do M&A de uma política ou programa para comunicar à população o seu desempenho e, assim, promover a responsabilidade estatal²¹.

COMO FAZER USO DE EVIDÊNCIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

O ideal é que todo o ciclo da política pública seja informado por evidências. Na fase anterior à implementação da política, o uso desses recursos acontece nas etapas de identificação do problema e de formulação da política. Os gestores públicos podem fazer uso de dados para apoiá-los no diagnóstico do problema a ser enfrentado e de evidências científicas para levantar hipóteses sobre suas causas e consequências²².

Na etapa de formulação da política, é muito importante que as definições sejam orientadas por evidências de políticas existentes, nacionais e internacionais, que tenham sido rigorosamente avaliadas. Tais informações funcionam como uma espécie de lastro a essas experiências inspiradoras, que podem, então, ser adaptadas ou aplicadas ao contexto da política pública que está sendo desenhada. Essa prática conferirá às intervenções maiores chances de os objetivos desejados serem alcançados²³.

O uso de evidências durante e após a implementação da intervenção, por sua vez, cobre também as etapas de avaliação e de tomada de decisão previstas no ciclo da política. A implementação é monitorada por meio da observação de indicadores que aferem se o processo transcorre conforme o planejado, se oferece indícios dos efeitos pretendidos ou se necessita de mudanças. O monitoramento constante da implementação é imprescindível para a identificação de eventuais erros de desenho e de execução da política e para corrigi-los o mais rápido possível²⁴.

Após um certo período do início da implementação, é esperado que a política pública comece a apresentar resultados e impactos de curto prazo. Eles são igualmente medidos por indicadores que devem ter sido definidos previamente, na etapa de formulação da política, junto com os indicadores de monitoramento. Com um sistema de M&A estabelecido, pode-se assegurar que a iniciativa seja bem gerida desde o primeiro dia de implementação²⁵.

O trabalho de avaliação de impacto serve para indicar se a política conseguiu atingir seus objetivos²⁶, ou seja, estimar em que medida foi capaz de resolver o problema que deveria enfrentar. Ele retroalimenta o próprio ciclo da política, aprimorando-a continuamente. Quanto mais “madura” estiver a política, mais fácil será determinar seu grau de **eficácia e eficiência²⁷** e, assim, decidir se ela deve ser mantida, redesenhada, expandida ou descontinuada²⁸. ♡

Eficácia e eficiência

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), **eficácia** é a capacidade de atingir os objetivos propostos. Já a **eficiência** remete à capacidade de alcançar resultado máximo com uma determinada quantidade de recursos disponíveis para realizar uma atividade.

03

O USO DE EVIDÊNCIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

COM BASE EM TEORIA
E EM EXEMPLOS PRÁTICOS,
ESTE CAPÍTULO **APROFUNDA**
O USO DE EVIDÊNCIAS
AO LONGO DE TODO O
PROCESSO DE ELABORAÇÃO
E IMPLEMENTAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA.

COMO FAZER USO DE EVIDÊNCIAS PARA IDENTIFICAR O PROBLEMA?

A primeira etapa do ciclo da política pública consiste na identificação do problema a ser enfrentado²⁹. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define “problema” como a discrepância entre o que uma determinada situação deveria ser e o que ela realmente é – isto é, a diferença entre a situação ideal e a realidade³⁰.

Por exemplo, um dos problemas que afetam a primeira infância está na diferença entre as crianças terem acesso à nutrição adequada (o que deveria ser) e a existência de crianças que sofrem de desnutrição crônica (o que é). O principal sinal da desnutrição crônica é a baixa estatura para a idade, mas ela é resultante de vários fatores, especialmente condições nutricionais, sanitárias e sociais adversas que afetaram ou afetam o padrão de crescimento da criança³¹.

É muito importante que os gestores definam o problema a ser enfrentado de forma clara e objetiva, estabelecendo elementos como o tema a ser tratado, os desafios à vista e o objetivo a ser alcançado. Recorrer a evidências nesta etapa pode auxiliar os formuladores de políticas públicas não só a entenderem se há de fato um problema ou não, mas também a compreenderem sua relevância e gravidade, elencarem causas e estabelecerem metas³².

Para tanto, lançar mão de indicadores mostra-se uma tática particularmente útil e que pode trazer informações relevantes quanto à evolução de um problema ao longo do tempo. Como define a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um indicador

é “uma variável quantitativa ou qualitativa que permite, de forma simples e confiável, medir resultados, exibir mudanças ou analisar desempenho”³³.

Uma pessoa que se ocupa da formulação de políticas para primeira infância precisa entender as necessidades das crianças de 0 a 6 anos profundamente para propor boas soluções de atendimento e serviço. É fundamental que ela acompanhe indicadores relativos ao desenvolvimento infantil.

Além disso, como a priorização faz parte do dia a dia do gestor público, também é necessário que este profissional comprehenda muito bem as consequências de um problema e se essas consequências são urgentes ou graves, de modo que possa tratar deste problema com a priorização correta ao fazer escolhas de políticas públicas.

Os **cuidados responsivos** incluem ter disponibilidade para perceber e responder favoravelmente aos movimentos, sons, gestos e solicitações verbais da criança. Eles são a base para proteger as crianças, reconhecer e cuidar de suas doenças, proporcionar aprendizagem, desenvolver seu processamento emocional, bem como construir relacionamentos saudáveis e de confiança.

Confira na tabela nas próximas páginas um conjunto de indicadores que podem ser acessados na plataforma Primeira Infância Primeiro³⁴, da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, e que permitem avaliar a situação da primeira infância em cada município brasileiro. Os indicadores estão organizados conforme a metodologia *Nurturing Care*³⁵, que foi criada pela OMS, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, na sigla em inglês) e o Banco Mundial.

Este modelo apresenta cinco componentes que, em conjunto com informações demográficas, devem ser abordados de forma integrada para a promoção do desenvolvimento na primeira infância: boa saúde, nutrição adequada, oportunidades precoces de aprendizagem e **cuidados responsivos**.

Recorrer a evidências pode auxiliar os formuladores de políticas públicas não só a entenderem se há de fato um problema ou não, mas também a compreenderem sua relevância e gravidade, elencarem causas e estabelecerem metas³².

INDICADORES PARA ACOMPANHAR O CENÁRIO DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL

Demografia	
INDICADOR	FONTE
Porcentagem da população na primeira infância	Censo Demográfico
Tamanho da população na primeira infância	Censo Demográfico
Porcentagem do total de pessoas residentes de cor/raça preta e parda	Censo Demográfico
Boa Saúde	
INDICADOR	FONTE
Porcentagem de óbitos infantis por causas evitáveis (até 1 ano de idade)	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus)
Total de óbitos vs. óbitos evitáveis (menores de 1 ano de idade)	Datasus
Evolução na porcentagem de gestantes com mais de 7 consultas pré-natal	Datasus
Cobertura da Estratégia Saúde da Família na população total do município	Datasus
Evolução na porcentagem de partos de mães adolescentes	Datasus/Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc)
Total de partos de mães adolescentes	Datasus
Total de partos de mães adolescentes por cor/raça	Datasus/Sinasc
Proporção de crianças que realizaram o teste do pezinho entre o 3º e o 5º dia após o nascimento	Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)
Nutrição adequada	
INDICADOR	FONTE
Total de nascimentos registrados como baixo peso	Datasus
Porcentagem de crianças de baixo peso em relação ao total de nascidos vivos	Datasus
Porcentagem de peso baixo ou muito abaixo para a idade – 0 a 5 anos	Datasus
Porcentagem de peso elevado para a idade – 0 a 5 anos	Datasus
Porcentagem da amostra de crianças (0 a 5 anos) com baixa estatura para idade	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)
Taxa de aleitamento materno (menores de 6 meses de idade)	Sisvan
Segurança e proteção	
INDICADOR	FONTE
Cobertura de programa de transferência de renda	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi)/Ministério do Desenvolvimento Social
Notificações de casos de violência contra crianças de 0 a 4 anos	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
Renda média nos setores censitários, isto é, nas unidades territoriais de coleta de dados conforme define o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Censo Demográfico

INDICADORES PARA ACOMPANHAR O CENÁRIO DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL (continuação)

Segurança e proteção (continuação)	
INDICADOR	FONTE
Crianças de 0 a 6 anos não beneficiárias de programa de transferência de renda e inscritas no Cadastro Único (CadÚnico)	Ministério do Desenvolvimento Social
Evolução na porcentagem da população de 0 a 14 anos vulnerável à pobreza (renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais em agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data)	Censo Demográfico
Oportunidades precoces de aprendizagem	
INDICADOR	FONTE
Taxa de atendimento em creche para população de 0 a 3 anos	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
Taxa de atendimento em pré-escola para população de 4 e 5 anos	Inep
Taxa de escolarização em creche para população de 0 a 3 anos	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)
Taxa de escolarização em pré-escola para população de 4 e 5 anos	Pnad
Matrículas em creches por tipo de dependência administrativa (municipal, estadual, federal ou privada)	Inep
Matrículas em creches por cor/raça	Inep
Matrículas em pré-escolas por tipo de dependência administrativa (municipal, estadual, federal ou privada)	Inep
Matrículas em pré-escolas por cor/raça	Inep
Estabelecimentos de educação infantil por atendimento	Inep
Estabelecimentos de educação infantil por dependência administrativa (municipal, estadual, federal ou privada)	Inep
Cuidados responsivos	
INDICADOR	FONTE
Municípios que participam do Programa Criança Feliz	Ministério do Desenvolvimento Social
Unidades Executoras do serviço Família Acolhedora	Censo do Sistema Único de Assistência Social (Suas)

COMO OS GESTORES PODEM USAR EVIDÊNCIAS PARA FORMULAR UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA?

Na etapa de criação de uma política pública, os gestores podem utilizar evidências para determinar o público-alvo, o desenho da intervenção e os resultados esperados³⁶. O contexto de implementação da política deve ser o pano de fundo de todas as definições, para assegurar-lhes sentido e legitimidade desde o primeiro momento.

De volta ao exemplo da seção anterior, sobre desnutrição crônica, um gestor interessado em formular uma política para combater este tipo de problema na primeira infância deve definir como público-alvo o grupo de indivíduos que potencialmente precisam ser atendidos – crianças de 0 a 6 anos com insegurança alimentar.

Uma vez definido o público-alvo, o próximo passo consiste em elencar opções de intervenção para orientar o planejamento da política pública³⁷. Para que ela alcance os resultados esperados, é importante que se baseie em experiências já implementadas para problemas semelhantes e cujos efeitos tenham sido verificados.

O gestor também precisa selecionar os beneficiários a partir de critérios de priorização previamente estabelecidos – uma parcela do público-alvo das crianças de 0 a 6 anos identificadas pelo programa para receber o benefício segundo o recorte de renda ou vulnerabilidade social, por exemplo.

Uma vez definido o público-alvo, o próximo passo consiste em elencar opções de intervenção para orientar o planejamento da política pública³⁷. Para que ela alcance os resultados esperados, é importante que se baseie em experiências já implementadas para problemas semelhantes e cujos efeitos tenham sido verificados e determinados por meio de metodologias rigorosas.

Para tanto, os formuladores de políticas podem consultar revisões sistemáticas, metanálises e *policy papers*, que são documentos que examinam questões e soluções calcadas em dados e práticas como forma de traduzir o conhecimento científico. Desta forma, ideias e propostas podem se desenvolver com base no que funciona no mundo real³⁸.

Em um segundo momento, é necessário comparar as diferentes evidências mapeadas em termos de eficácia, eficiência e do contexto local. Aqui, o propósito é traçar quais opções de intervenção têm as maiores chances de serem bem-sucedidas e quais adaptações precisam ser feitas³⁹.

Ao mesmo tempo em que auxilia os gestores públicos no desenho e planejamento das políticas, esse processo de pesquisa pode indicar que evidências de resultados podem ser esperadas de um determinado modelo de política, com foco em efetividade e otimização do gasto público.

Em um segundo momento, é necessário comparar as diferentes evidências mapeadas em termos de eficácia, eficiência e do contexto local.

No exemplo do combate à desnutrição na primeira infância no Brasil, uma política pode ser mais efetiva se concebida a partir de experiências nacionais e internacionais bem-sucedidas. Neste caso, o gestor precisa fazer um levantamento dos programas contra a desnutrição já implementados no Brasil e em outros países. Ele deve verificar se há dados disponíveis sobre sua efetividade de modo a entender “o que funciona” e “o que não funciona” na prática, bem como as características do contexto local que facilitaram ou impediram o sucesso da política pública.

NA PRÁTICA – POLÍTICAS + EVIDÊNCIAS

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (Padin) – Ceará



Ceará

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (Padin) teve início em 2017 e atua em 48 municípios do Ceará. A iniciativa já beneficiou mais de 4.120 famílias e 4.232 crianças. É um programa voltado ao desenvolvimento integral da criança que tem sua metodologia baseada na visita domiciliar com foco no fortalecimento dos vínculos familiares.

O Padin integra um dos eixos do Programa Mais Infância Ceará e começou a ser planejado em 2013 por meio de uma parceria com o Banco Mundial. O desenho do Padin partiu de evidências coletadas em experiências internacionais exitosas, como o *International Child Development*

Program, presente em vários países, o programa *Chile Cresce Contigo* e o *Educa a Tu Hijo*, de Cuba. No território nacional, inspirou-se em práticas como o programa Primeira Infância Melhor (PIM), do Rio Grande do Sul, e o Cresça com seu Filho, do Ceará.

Além disso, o Padin também está sendo avaliado com uma metodologia científica considerada referência para verificar e determinar seus efeitos. Entre as dimensões avaliadas estão o desenvolvimento infantil, a qualidade do ambiente familiar e da relação entre o cuidador e a criança, e as crenças dos pais sobre a importância dos investimentos durante a primeira infância.

Fontes: Fundação Bernard van Leer, 2018; Cunha, 2022, disponível em <https://www.flaviocunha.com/padin>

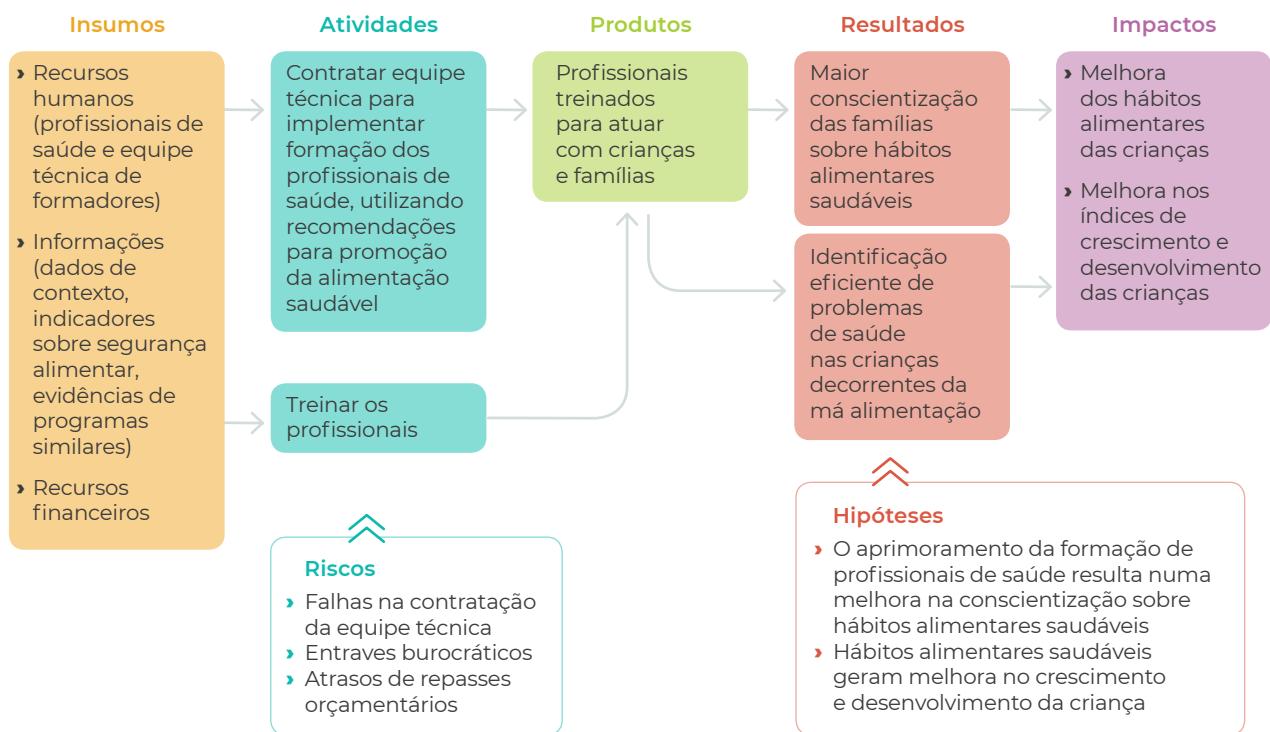
Ainda em relação ao desenho da política, cabe ressaltar que as evidências servem de insumo para que seja construída a “Teoria do Programa”. Ela explica a lógica de uma política detalhando o caminho entre o problema, os canais para combatê-lo, os resultados desejados e os impactos esperados⁴⁰.

Uma ferramenta bastante utilizada para representar a lógica de um programa é a teoria da mudança. Ela pode ajudar os gestores no processo de formulação da política, pois funciona como um guia da forma como a política deve ser executada. Sua estrutura é composta pelos insumos, as atividades, os produtos, os resultados e os impactos de um programa⁴¹. A teoria da mudança também inclui as hipóteses que sustentam a sequência lógica entre cada um dos seus componentes, além dos riscos que podem afetar a implementação da política⁴².

Por fim, a etapa de formulação envolve, ainda, a elaboração dos planos de M&A da política. O plano de monitoramento abrange a definição de todos os indicadores que serão acompanhados na implementação da política⁴³. Já o plano de avaliação detalha os indicadores, metodologias e fontes de dados que serão utilizados para avaliar seus efeitos ou impactos⁴⁴.

MODELO DE TEORIA DA MUDANÇA – ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Programa de capacitação de profissionais de saúde da atenção primária





NA PRÁTICA – POLÍTICAS + EVIDÊNCIAS

Plano de Monitoramento do Primeira Infância Acreana (PIA) – Acre

O Primeira Infância Acreana (PIA) é um programa que promove o desenvolvimento na primeira infância em dez municípios do Acre desde 2016. O PIA provê visitas domiciliares a famílias com gestantes e crianças de até 6 anos. As visitas são realizadas por Agentes Comunitários de Saúde que são supervisionados por enfermeiros integrantes da Estratégia Saúde da Família. Entre 2016 e 2018, mais de 5.600 crianças e 1.100 gestantes foram atendidas com visitas mensais do programa.

O monitoramento das atividades do PIA acontece semanalmente e conta com o apoio das equipes das coordenações municipais e estadual do programa, da *United Way Brasil* e dos profissionais que realizam as visitas domiciliares. Por meio de formulários, os Agentes Comunitários de Saúde registram todos os dados de desenvolvimento da criança e sobre sua relação com seus pais. Também foi criado o Sistema de Informação do PIA para o monitoramento das visitas domiciliares e do desenvolvimento das crianças.

Fonte: Fundação Bernard van Leer, 2018

Uma ferramenta bastante utilizada para representar a lógica de um programa é a teoria da mudança. Sua estrutura é composta pelos insumos, as atividades, os produtos, os resultados e os impactos de um programa.

COMO AS EVIDÊNCIAS PODEM AJUDAR NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA?

O uso de evidências cumpre papel fundamental na etapa de implementação das políticas à medida que auxilia os gestores a acompanharem a execução dos programas sociais criados. A adoção de práticas de M&A permite que os profissionais e lideranças envolvidos não só identifiquem obstáculos e falhas na implementação, mas também aprendam com eles e realizem mudanças de percurso, se necessário⁴⁵.

É nesta fase que o plano de monitoramento, construído com base na teoria da mudança durante a etapa de formulação, torna-se uma importante ferramenta de gestão da política.

Na definição da OCDE, o monitoramento consiste no “processo contínuo e sistemático de coleta de dados e acompanhamento de indicadores específicos, que tem como objetivo informar os gestores e demais partes interessadas sobre os progressos realizados, os objetivos atingidos e o uso dos recursos alocados”⁴⁶. Assim, as evidências geradas por meio do monitoramento contribuem para que gestores realizem diagnósticos e tomem decisões sobre o programa ainda na etapa de implementação⁴⁷.

A adoção de práticas de M&A permite que os profissionais e lideranças envolvidos não só identifiquem obstáculos e falhas na implementação, mas também aprendam com eles e realizem mudanças de percurso, se necessário⁴⁵.



Rio Grande do Sul

NA PRÁTICA – POLÍTICAS + EVIDÊNCIAS
Sistema de Monitoramento do Primeira Infância Melhor (PIM) – Rio Grande do Sul

O programa Primeira Infância Melhor (PIM) foi criado em 2003 pelo estado do Rio Grande do Sul e, em 2006, se tornou a primeira política pública brasileira de visita domiciliar voltada ao desenvolvimento integral infantil e ao fortalecimento dos vínculos familiares. Presente em 202 dos 497 municípios do Rio Grande do Sul, o PIM já beneficiou 213.542 famílias, 61.674 gestantes e 253.126 crianças (dados de 2021).

O SisPIM é o sistema de informações próprio do PIM e consiste na principal ferramenta de monitoramento do programa. Além de conter dados administrativos, o SisPIM disponibiliza aos gestores da iniciativa informações detalhadas sobre as famílias, crianças e gestantes que são beneficiárias do PIM. O registro dessas informações é realizado por meio de formulários no sistema *on-line*.

Avaliações não experimentais do programa⁴⁹ mostraram que a participação no PIM desde a gravidez reduziu em 60% as chances de atraso no desenvolvimento da criança. Desde 2017, também está em andamento uma avaliação experimental longitudinal do PIM. Ela se baseia na seleção aleatória dos participantes e não participantes do programa para um acompanhamento de curto, médio e longo prazos, buscando medir os impactos do programa sobre o desenvolvimento motor, cognitivo, socioemocional, de linguagem e de comunicação. Também são levantados indicadores de qualidade da relação da família com a criança, do acesso aos serviços e direitos ligados à administração pública local. Futuramente, serão acompanhados dados de saúde, educação e atuação no mercado de trabalho.

Fontes: Fundação Bernard van Leer, 2018; SisPIM; Avaliação Experimental Longitudinal do Programa Primeira Infância Melhor⁵⁰; Viegas da Silva et al., 2022

Ao selecionar os indicadores a serem utilizados para essa atividade, deve-se considerar os custos da coleta, atualização, sistematização e análise de dados, assim como o benefício de acompanhar um indicador adicional. É essencial que a seleção desses parâmetros seja baseada no papel que eles exerçerão no planejamento e na gestão da política pública, e que envolva os principais atores da política⁴⁸ – gestores, lideranças do local onde a política será implementada e seus potenciais beneficiários.

Para entender por que os objetivos da política foram alcançados ou não, os gestores podem fazer uso da avaliação de processos como uma ferramenta complementar ao monitoramento. A avaliação de processos visa aferir se a política está sendo implementada de acordo com o que foi delineado originalmente, se está seguindo todas as etapas planejadas sem atrasos ou se existe desperdício de recursos⁵¹.



NA PRÁTICA – POLÍTICAS + EVIDÊNCIAS

Avaliação de Processos do Programa Criança Feliz (PCF) – Brasil

Alinhado às diretrizes do Marco Legal da Primeira Infância, o Programa Criança Feliz (PCF) foi criado em 2016, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. Seus pilares são a intersetorialidade e a visita domiciliar, e ele já levou informações sobre cuidado infantil para mais de 3.028 municípios do Brasil até o ano de 2021.

Como parte da estratégia de M&A do programa, foram realizadas avaliações qualitativas de processos durante a implementação. Uma delas analisou por meio de entrevistas a interação entre visitadores e cuidadores de crianças. Além de investigar a qualidade das visitas, a avaliação de processos buscou entender a percepção dos cuidadores sobre as atividades do programa.

Fontes: Ministério da Cidadania, Plan Eval, Fundação Bernard van Leer, 2018⁵²

COMO EMPREGAR EVIDÊNCIAS PARA AVALIAR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA E RETROALIMENTAR A TOMADA DE DECISÕES?

Qual foi o impacto da política? A política foi implementada de acordo com o planejado? Quanto foi necessário investir para alcançar esse impacto? Como os custos se comparam aos benefícios da política? Esses são questionamentos que os gestores públicos podem se fazer após a implementação de um programa. Para analisar todas as etapas do ciclo da política e responder a questões como estas, recomenda-se que os gestores invistam em avaliações⁵³.

Segundo o Banco Mundial, as avaliações são análises periódicas de uma política utilizadas para responder perguntas específicas relacionadas ao seu desenho, implementação e resultados⁵⁴. Além de oferecerem um panorama geral da intervenção, as avaliações geram evidências que, como já mencionado, podem ser utilizadas pelos formuladores de políticas públicas para incorporar correções ao desenho do programa e garantir a sua relevância. Elas também servem para os gestores entenderem se a política alcançou os resultados esperados, ou seja, se resolveu o problema político inicialmente identificado de modo eficiente, e para retroalimentar a tomada de decisões⁵⁵.

Os vários tipos de avaliação enfatizam diferentes perguntas e se baseiam também na disponibilidade de dados quantitativos e qualitativos. Estão à disposição dos gestores, por exemplo, as avaliações de resultados, de impacto e de custo-benefício, além das já citadas avaliações de processos⁵⁶.

A avaliação de impacto é um dos recursos mais utilizados para verificar e medir os efeitos de uma política. Ela busca responder a um tipo de pergunta específico: qual é o impacto de um programa sobre um determinado resultado de interesse?⁵⁷.

Além de oferecerem um panorama geral da intervenção, as avaliações geram evidências que podem ser utilizadas pelos formuladores de políticas públicas para incorporar correções ao desenho do programa e garantir a sua relevância.

Retomando o exemplo da desnutrição crônica, um gestor poderia se perguntar qual é o efeito da política na redução deste problema entre as crianças de 0 a 6 anos no Brasil. Nessa abordagem, o impacto do programa consiste na diferença entre o que aconteceu com os seus beneficiários em relação ao que teria acontecido caso eles não tivessem sido beneficiados pela intervenção⁵⁸.

Como não é possível fazer essa comparação – dos resultados dos beneficiários tendo participado do programa com os seus próprios resultados não tendo participado –, a equipe responsável pela avaliação da política precisa construir um grupo de comparação para medir o impacto⁵⁹.

Ao escolherem o método de avaliação de impacto de uma política, os avaliadores devem levar em conta suas peculiaridades operacionais, como os recursos disponíveis, os critérios de elegibilidade e o calendário de implementação previsto⁶⁰. ♀



Pernambuco

NA PRÁTICA – POLÍTICAS + EVIDÊNCIAS

Avaliação de impacto do Programa Mãe Coruja Pernambucana (PMCP) – Pernambuco

O Programa Mãe Coruja Pernambucana (PMCP) foi criado em 2007 com os objetivos de reduzir a mortalidade materna e a mortalidade infantil, além de fortalecer os vínculos familiares. Dados referentes ao período 2017-2021 apontam a atuação do PMCP em mais de 107 municípios de Pernambuco e mais de 200 mil gestações, com o acompanhamento de 180 mil crianças.

Em 2017, uma avaliação de impacto foi conduzida para estimar os efeitos do PMCP sobre 17 indicadores de saúde materno-infantil⁶¹. Foram utilizados para a avaliação dados de todos os municípios, com e sem o PMCP, com período de observação antes e depois da intervenção. Os resultados indicaram o impacto positivo do programa sobre as taxas de mortalidade infantil e a realização de consultas de pré-natal.

Fontes: Governo do Estado de Pernambuco, 2017; Fundação Bernard van Leer, 2018

04

DESAFIOS E AVANÇOS NECESSÁRIOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

O BRASIL APRESENTOU SIGNIFICATIVA MELHORA EM IMPORTANTES INDICADORES DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E OUTROS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA AO LONGO DAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS. PORÉM, AINDA HÁ UM LONGO CAMINHO A PERCORRER PARA PROMOVER OPORTUNIDADES IGUAIS DE DESENVOLVIMENTO ÀS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS E O USO DE EVIDÊNCIAS DESEMPENHA UM PAPEL CRUCIAL NISSO.

DESDE A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA), EM 1990, E DO MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA, EM 2016, a forma de encarar as questões ligadas à primeira infância mudou no Brasil. Tais documentos trouxeram novas definições de infância, introduziram a doutrina da proteção integral das crianças e foram essenciais para que elas passassem a ser vistas como cidadãs, detentoras de direitos e interesses próprios⁶².

Dentro do novo contexto, alguns aspectos vinculados ao direito fundamental à vida tiveram grande evolução: a mortalidade materna foi reduzida em 43,4%⁶³ e a taxa de mortalidade ao nascer, em 26,4%⁶⁴. O acesso à educação infantil aumentou consideravelmente neste século, tendo atingido o ápice em 2019. Logo antes da pandemia de covid-19, o índice de frequência em creche, para crianças de até 3 anos, era de 35,6% e o da pré-escola, para a faixa de 4 e 5 anos⁶⁵, era de 92,9%.

Indicadores de saúde e educação não são, no entanto, suficientes para mensurar todas as dimensões do desenvolvimento infantil. O relatório *Country Profiles for Early Childhood Development* (“Perfis dos países para o desenvolvimento na primeira infância”, em tradução livre), do Unicef, destaca diversos parâmetros que são chave no acompanhamento do desenvolvimento infantil e não são monitorados no Brasil. Entre eles figuram, por exemplo, dados referentes às visitas pós-natal, práticas de estimulação cognitiva, por meio de brincadeiras e da leitura de livros infantis, e práticas de cuidado responsável, incluindo as redes de apoio aos pais.

Desta forma, é imprescindível que se invista na construção e sistematização de novos indicadores do desenvolvimento infantil, mensurados por meio de instrumentos validados para o Brasil. Isso possibilitaria o acompanhamento de aspectos cognitivos, socioemocionais e de parentalidade, além da medição mais detalhada de dados já acompanhados – como os relacionados à nutrição infantil – ao longo da vida das crianças e de todos os ciclos de políticas públicas voltadas à primeira infância. Como resultado, mais riscos e problemas do desenvolvimento poderiam ser detectados a tempo de serem tratados.

Além disso, as desigualdades sociais brasileiras, acentuadas sobretudo se compararmos as regiões do país, precisam ser urgentemente superadas. Como mencionado na apresentação deste *Working Paper*, índices fundamentais de desenvolvimento, como os de subnutrição infantil ali citados, apresentam grandes variações no território nacional.

É imprescindível que se invista na construção e sistematização de novos indicadores do desenvolvimento infantil.

Outros fortes contrastes existem na comparação de diferentes classes e grupos sociais, ao observar, por exemplo, que a taxa de mortalidade infantil de crianças nascidas de mães negras é 37% superior à das mães brancas. Esta diferença chega a 138% quando a mãe tem origem indígena⁶⁶. Portanto, é impreterável que as políticas públicas sejam desenhadas levando em consideração essas disparidades, devendo ser adaptadas aos contextos locais e sociais em que estão inseridas, de forma a promover a equidade.

Por fim, faz-se ainda necessário fortalecer capacidades de monitoramento e avaliação no setor público e disseminar o uso de boas práticas relacionadas à adoção de políticas públicas orientadas por evidências. A compreensão do conhecimento científico é parte fundamental desse processo, na medida em que facilita a comunicação e aumenta a transparência das políticas implementadas. Essas práticas proporcionam um ambiente institucional mais propício para que gestores públicos tenham os recursos e incentivos necessários para promover políticas de qualidade, informadas por evidências, eficientes e baseadas em experiências de sucesso já implementadas. ♡

NOTAS

- 1** Segundo Cunha et al., 2010, o desenvolvimento de habilidades físicas e cognitivas não ocorre de forma homogênea ao longo do ciclo de vida de uma pessoa. Ao contrário, existem os considerados “períodos sensíveis”, fases em que o indivíduo é mais propenso a aprendê-las, sendo a primeira infância o principal deles.
- 2** Habilidades de aprendizado, linguagem e atenção (Cunha et al., 2006).
- 3** Cunha e Heckman, 2007; Conti et al., 2016; Heckman et al., 2010.
- 4** Heckman et al. 2013.
- 5** O Banco Mundial classifica os países de baixa renda como aqueles com renda *per capita* anual menor ou igual a US\$ 1.085. Já as economias de média renda compreendem os países com renda *per capita* anual entre US\$ 1.086 e US\$ 13.205. Dados disponíveis em: <<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/378834-how-does-the-world-bank-classify-countries>>. Acesso: set. de 2022.
- 6** Black et al., 2017.
- 7** RNPI, 2020.
- 8** RNPI, 2020.
- 9** Puerpério: período imediato após o parto que dura em média seis semanas (Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Acesso disponível em: <https://portaldeboaspaticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/principais-questoes-sobre-a-consulta-de-puerperio-na-atencao-primaria-a-saude/>).
- 10** RNPI, 2020; UNESCO, 2000.
- 11** RNPI, 2020.
- 12** Gomes et al., 2008; RNPI, 2020.
- 13** Barros, 2019.
- 14** Fundação Bernard van Leer, 2018.
- 15** Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001.
- 16** Pankhurst, 2017.
- 17** Rossi et al., 2019; FGV EESP Clear, 2021; FGV EESP Clear, Mimeo; Pew-MacArthur Results First Initiative, 2014.
- 18** Pew-MacArthur Results First Initiative, 2014; FGV EESP Clear, Mimeo.
- 19** Barros, 2019; FGV EESP Clear, Mimeo.
- 20** Barros, 2019; FGV EESP Clear, Mimeo.
- 21** Gertler et al., 2016.
- 22** Rossi et al., 2019; FGV EESP Clear, 2021.
- 23** FGV EESP Clear, Mimeo.
- 24** FGV EESP Clear, Mimeo.
- 25** Rossi et al., 2019.
- 26** Rossi et al., 2019; FGV EESP Clear, Mimeo.
- 27** Eficácia: capacidade de atingir os objetivos propostos (OECD, 2008); Eficiência: capacidade de alcançar elevado resultado em detrimento do nível de recursos despendidos na atividade (OECD, 2008).
- 28** Rossi et al., 2019; FGV EESP Clear, Mimeo.
- 29** FGV EESP Clear, Mimeo.
- 30** OMS, 2005.
- 31** Opas, 2010.
- 32** Rossi et al., 2019.
- 33** OECD, 2008.
- 34** Acesso disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/indicadores-acompanhar-cenarioprimeira-infancia-brasil/>
- 35** O framework *Nurturing Care* se refere a cinco condições – boa saúde, nutrição adequada, segurança e proteção, cuidado responsável e oportunidades de aprendizado – que devem ser criadas por políticas públicas, programas e serviços para promover o desenvolvimento infantil pleno (OMS, 2018).
- 36** Rossi et al., 2019; FGV EESP Clear, Mimeo.
- 37** FGV EESP Clear, Mimeo.
- 38** Kraft e Furlong, 2018; FGV EESP Clear, Mimeo.
- 39** FGV EESP Clear, Mimeo.
- 40** Zall Kuzek e Rist, 2004.
- 41** FGV EESP Clear, 2021.
- 42** Zall Kuzek e Rist, 2004; FGV EESP Clear, Mimeo.
- 43** Rossi et al, 2019.
- 44** Ver <https://developingchild.harvard.edu/innovation-application/innovation-approach/components/>
- 45** FGV EESP Clear, Mimeo.
- 46** OECD, 2008.
- 47** Rossi et al., 2004.
- 48** Morra-Imas e Rist, 2009; Rossi et al, 2019.
- 49** Viegas da Silva et al., 2022.
- 50** Disponível em: <https://www.pim.saude.rs.gov.br/site/o-pim/dados/> e <https://www.pim.saude.rs.gov.br/site/wp-content/uploads/2021/06/Avaliacao-experimental-PIM-1-1.pdf>
- 51** Rossi et al, 2019.

52 Acesso disponível em <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz> e <https://plan-eval.com/portfolio.asp?id=125>

53 FGV EESP Clear, Mimeo.

54 Gertler et al., 2016.

55 Rossi et al., 2019; FGV EESP Clear, Mimeo.

56 Gertler et al., 2016; FGV EESP Clear, Mimeo.

57 Gertler et al., 2016.

58 Insper Metrics, 2020.

59 Insper Metrics, 2020.

60 Gertler et al., 2016.

61 Menezes Filho e Pinto, 2017.

62 RNPI, 2020.

63 RNPI, 2020.

64 IBGE, 2020.

65 MEC, 2022.

66 RNPI, 2020.

REFERÊNCIAS

Análise Qualitativa da Interação entre o visitador domiciliar e cuidador do Programa Criança Feliz (PCF) [Internet]. [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://plan-eval.com/portfolio.asp?id=125>

Barros, Ricardo P. Políticas públicas com base em evidência: Por que e para que. [Internet]. Insper, 2019. [cited 2022 May 2] Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2021/12/Pol%C3%A7%C3%ADticas-publicas-com-base-em-evid%C3%A7%C3%A3o-para-que.pdf>

Beneficiary assessment - an approach described [Internet]. World Bank. [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documents-detail/604771468768035695/Beneficiary-assessment-an-approach-described>

Black et al. [internet]. Early childhood development coming of age: science through the life course. *Lancet*, 2017 Jan 7;389(10064):77-90. [cited 2022 May 2]. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(16\)31389-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(16)31389-7)

Criança Feliz [Internet]. Ministério da Cidadania. [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz/crianca-feliz>

Cunha, F., & Heckman, J. The technology of skill formation [Internet]. *American Economic Review*, 2007 [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/aer.97.2.31>

Cunha, F., Heckman, J. J., & Schennach, S. M. Estimating the technology of cognitive and non-cognitive skill formation [Internet]. *Econometrica*, 2010 [cited 2022 May 2]. Disponível em: https://jenni.uchicago.edu/papers/Cunha_Heckman_etal_2010_Econometrica_v78_n3.pdf

Cunha, F., Heckman, J. J., Lochner, L., & Masterov, D. V. Interpreting the evidence on life cycle skill formation [Internet]. *Handbook of the Economics of Education*, Chicago, 2006 [cited 2022 May 2]. Disponível em: http://jenni.uchicago.edu/papers/Cunha_Heckman_etal_2006_HEE_v1_ch12.pdf

Da ciência à prática - Os programas de apoio ao desenvolvimento infantil na América Latina [Internet]. Bernard van Leer Foundation. [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://bernardvanleer.org/pt-br/publications-reports/da-ciencia-a-pratica-os-programas-de-apoio-ao-desenvolvimento-infantil-na-america-latina/>

Evaluation [Internet]. SAGE Publications Inc. 2022 [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://us.sagepub.com/en-us/nam/evaluation/book243885>

Evidence-Based Policymaking: A Guide for Effective Government. [Internet]. The Pew Charitable Trusts [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://www.pewtrusts.org/-/media/assets/2014/11/evidencebasedpolicymakingaguideforeffectivegovernment.pdf>

FGV EESP Clear: Guia CLEAR de Política Pública com Base em Evidência. São Paulo, Mimeo.

Flávio Cunha. PADIN. [Internet]. © Flávio Cunha / 713 348 3312 / Flávio. Cunha at rice dot edu. [Cited 2022 June 04]. Available at: <https://www.flaviocunha.com/padin>.

Gertler PJ, Martínez S, Premand P, Rawlings LB. Avaliação de Impacto na Prática, segunda edição. :406.

Heckman, J., Moon, S. H., Pinto, R., Savelyev, P., & Yavitz, A. Analyzing social experiments as implemented: A reexamination of the evidence from the HighScope Perry Preschool Program [Internet]. Quantitative

economics, 2010 [cited 2022 May 2]. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.3982/QE8>

Heckman, J., Pinto, R., & Savelyev, P. Understanding the mechanisms through which an influential early childhood program boosted adult outcomes [Internet]. *American Economic Review*, 2013 [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/aer.103.6.2052>

Houaiss, A. e Villar M.. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Tábua Completa de Mortalidade para o Brasil – 2019: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil [Internet]. Rio de Janeiro, 2020 [cited 2022 May 2]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3097/tcmb_2019.pdf

IDEAS Impact Framework: Innovation Components [Internet]. Center on the Developing Child at Harvard University. [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://developingchild.harvard.edu/innovation-application/innovation-approach/components/>

iLab [Internet]. NCPI. [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://ncpi.org.br/frentes-de-atuacao/ilab/>

Indicadores para acompanhar o cenário da primeira infância no Brasil [Internet]. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/indicadores-acompanhar-cenario-primeira-infancia-brasil/>

Infográfico: Ciclo da Política Pública. FGV EESP CLEAR [Internet]. FGV EESP CLEAR. 2021 [cited 2022 May 2]. Disponível em: <http://fgvclear.org/pt/infografico-ciclo-da-politica-publica/>

- Infográfico: Sistemas de Monitoramento e Avaliação. FGV EESP CLEAR [Internet]. FGV EESP CLEAR. 2021 [cited 2022 May 2]. Disponível em: <http://fgvclear.org/pt/infografico-sistemas-de-monitoramento-e-avaliacao/>
- Infográfico: Teoria da Mudança. FGV EESP CLEAR [Internet]. FGV EESP CLEAR. 2021 [cited 2022 June 2]. Disponível em: <http://fgvclear.org/pt/infografico-teoria-da-mudanca/>
- Infográfico: Tipos de Avaliação. FGV EESP CLEAR [Internet]. FGV EESP CLEAR. 2021 [cited 2022 May 2]. Disponível em: <http://fgvclear.org/pt/infografico-tipos-de-avaliacao/>
- Menezes Filho, Naercio Aquino e Pinto, Cristine Campos de Xavier [Internet]. Avaliação econômica de projetos sociais, 3. ed. São Paulo : Fundação Itaú Social, 2017. [cited 2022 June 2]. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2018/05/avaliacao-economica-3a-ed_1513188151.pdf
- Ministério da Educação (MEC). Censo Escolar 2021: divulgação dos resultados. Acesso em: jul. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3aoOAEs>>.
- O programa [Internet]. Ministério da Cidadania. [cited 2022 May 2]. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz/copy_of_o-programa
- OECD. OECD Glossary of Statistical Terms [Internet]. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development; 2008 [cited 2022 May 2]. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-glossary-of-statistical-terms_9789264055087-en
- Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). CD50/13 desnutrição crônica (Port); 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3Pi7dZj>>. Acesso em: jul 2022.
- Os primeiros anos: o bem-estar infantil e o papel das políticas públicas [Internet]. <https://www.fmcsv.org.br>. [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/primeiros-anos-bem-estar-infantil-papel-politicas-publicas/>
- Pernambuco. Um olhar sobre os números, volume 3 [Internet]. Recife, Pernambuco. [cited 2022 May 2]. Disponível em: https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/M%C3%A3e-Coruja-Pernambucana_-um-olhar-sobre-os-n%C3%BAmeros.pdf
- Programa BEM: Brincar Ensina a Mudar (Play Teaches Change) [Internet]. Center on the Developing Child at Harvard University. [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://developingchild.harvard.edu/innovation-application/innovation-in-action/programa-bem-brincar-ensina-a-mudar-play-teaches-change/>
- Public Policy [Internet]. SAGE Publications Inc. 2022 [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://us.sagepub.com/en-us/nam/public-policy/book259264>
- Public Policy: Politics, Analysis, and Alternatives | Online Resources [Internet]. [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://edge.sagepub.com/kraft6e>
- RNPI – Rede Nacional Primeira Infância: Plano Nacional Primeira Infância: 2010 - 2022 | 2020 – 2030 [Internet]. Brasília, 2020. [cited 2022 May 2]. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>
- ROSSI, Peter. H.; LIPSEY, Mark W.; HENRY, Gary. Evaluation: a systematic approach [Internet]. SAGE Publications. Thousand Oaks, CA, 2019 [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://us.sagepub.com/en-us/nam/evaluation/book243885>
- The Politics of Evidence: From evidence-based policy to the good governance of evidence [Internet]. Routledge & CRC Press. [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://www.routledge.com/The-Politics-of-Evidence-From-evidence-based-policy-to-the-good-governance/Parkhurst/p/book/9781138570382>
- Thinglink. Programa BEM: Theory of Change [Internet]. [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://www.thinglink.com/scene/1113523829512077314>
- UNICEF. Country Profiles for Early Childhood Development [Internet]. 2021. [cited 2022 June 4]. Available at: <https://nurturing-care.org/brazil-2021/>
- Viegas da Silva E, Hartwig F, Barros F, Murray J. Effectiveness of a large-scale home visiting programme (PIM) on early child development in Brazil: quasi-experimental study nested in a birth cohort. 2022.
- World Health Organization. Regional Office for the Western Pacific. Health service planning and policy-making: a toolkit for nurses and midwives [Internet]. WHO Regional Office for the Western Pacific; 2005 [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/207061>
- Young E, Quinn L. Inch'pes patrastel hanrayin k'aghak'akanut'yan olortum gortsun verlutsakan p'astat'ught': dzernark Kentronakan ev Arevelyan Evropayi k'aghak'akanut'yan gtsov khorhdakanneri hamar. Erevan: Tigran Mets; 2008. 172 p. (LGI documents).
- Zall Kusek J, Rist RC. Ten Steps to a Results-Based Monitoring and Evaluation System: A Handbook for Development Practitioners [Internet]. Washington, DC: World Bank; 2004 [cited 2022 May 2]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/14926>



ncpi@ncpi.org.br
+55 (11) 3330-2888

- [/nucleocienciapelainfancia](#)
- [/nucleocienciapelainfancia](#)
- [/company/nucleocienciapelainfancia](#)
- [@nucleocienciapelainfancia](#)



www.ncpi.org.br

MEMBROS 2022-2024



Insp^{er}

PORTICUS

MEMBROS FUNDADORES



Insp^{er}

